

Práticas de Gestão de Risco em Cooperativas de Crédito

Tais D. S. A. Bianchet (PPGCCA/UNOCHAPECÓ) tais.bianchet@gmail.com
Rodney Wernke (PPGCCA/UNOCHAPECÓ) rodneywernke1@hotmail.com

Resumo: Aborda questão de pesquisa sobre as práticas de gestão de riscos adotadas nas cooperativas de crédito singulares da SULCREDI-SC. Para essa finalidade foi estipulado que o objetivo do presente estudo consistia em identificar as práticas de gestão de riscos adotadas nas cooperativas mencionadas. Para tanto, a pesquisa abrangeu quatro cooperativas onde foi aplicado questionário específico em dezembro de 2015. Foram testadas duas hipóteses: (i) se as práticas priorizadas relacionavam-se exclusivamente com o risco de crédito e (ii) se as práticas adotadas abrangiam outros tipos de riscos (como ambientais, de investimentos, de negócios e operacionais). Com os resultados da pesquisa constatou-se que todas as quatro cooperativas utilizavam práticas de gestão de riscos nas categorias citadas e consideravam ser importante a preocupação com todas essas modalidades de risco. Então, conforme a amostra estudada, a gestão de riscos vem sendo utilizada nas cooperativas em lume, mas ainda precisa de alguns aprimoramentos em algumas dessas entidades. Quanto às limitações do estudo, estas residem basicamente no pequeno número de cooperativas abrangidas (somente quatro), o que não permite generalizações do ponto de vista estatístico acerca dos “achados” oriundos da pesquisa.

Palavras-chave: Práticas de gestão. Gestão de risco. Tipos de risco. Cooperativas de crédito.

Risk Management Practices in Credit Unions

Abstract: Discusses research question on the risk management practices in individual credit cooperatives of SULCREDI-SC. For this purpose it was stipulated that the aim of this study was to identify the risk management practices in the mentioned cooperatives. Therefore, the research covered four cooperatives which was applied particular questionnaire in December 2015. Two hypotheses were tested: (i) whether the prioritized practices related exclusively to the credit risk and (ii) whether the practices adopted covering other risks (such as environmental, investment, business and operational). With the results of the survey it was found that all four cooperatives used risk management practices in the above categories and considered to be important concern for all these risk provisions. Then, as the sample, risk management has been used in cooperatives in heat, but still need some improvements in some of these entities. The limitations of the study, these reside primarily in the small number of cooperatives covered (only four), which does not allow generalizations from a statistical point of view about the "findings" arising from the research.

Keywords: Management practices. Risk management. Risk types. Credit unions.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade das empresas do país está passando por grandes transformações nos últimos anos e uma das mais complexas talvez seja a adequação das normas brasileiras aos padrões internacionais (IFRS). Nessa direção, a adoção de práticas de gestão de risco é um ponto que tem merecido maior atenção dos contadores e gestores ultimamente, como uma forma de minimizar problemas que possam afetar a continuidade das organizações. Acerca disso, Silva (2005) menciona que as empresas vêm buscando ferramentas adequadas para projetar e programar uma estratégia de grandes vencedores, devido a um mercado cada vez mais competitivo, mutável e globalizado.

Em consequência dessas mudanças, as organizações que gerenciam riscos de maneira mais eficaz têm melhores possibilidades de se proteger e de serem bem-sucedidas na expansão de seus negócios. Contudo, o desafio de qualquer empresa é integrar as práticas em suas rotinas e aplicá-las aos aspectos mais amplos de sua ação organizacional. No cenário econômico e financeiro atual, a condição de atividade que associa o desconhecido a um risco, é algo que ainda preocupa muitos usuários. Nesse rumo, conforme pesquisa realizada por Botinha *et. al*

(2012), os estudos sobre gestão de riscos tornaram-se mais expressivos a partir de 2003, devido à aprovação da Lei Sarbanes-Oxley em 2002 nos EUA, que foi incentivada em decorrência de fraudes contábeis ocorridas naquele país.

Pelo tipo de atividade que executam, as cooperativas de crédito também estão entre as organizações que tendem a adotar a gestão de risco. Portanto, seria interessante conhecer acerca das práticas de gestão de risco atualmente adotadas por essas entidades. A partir desse contexto, o estudo pretendeu responder à seguinte questão de pesquisa: quais as práticas de gestão de risco são adotadas nas cooperativas de crédito singulares da SULCREDI-SC? Com tal finalidade foi definido como objetivo de pesquisa identificar as práticas de gestão de risco (de crédito, ambiental, operacionais etc.) utilizadas efetivamente nas cooperativas financeiras mencionadas.

Estudos com esse tipo de abordagem se justificam porque nessas entidades a atividade de gestão de risco dos créditos disponibilizados aos cooperados é um dos fatores mais relevantes para a lucratividade. Nesse sentido, identificar os principais fatores de risco facilita o estabelecimento de critérios mais adequados para a concessão de empréstimos e financiamentos, o que fortalece gerencial e operacionalmente a cooperativa. Além disso, os demais fatores de risco (ambientais, de investimentos, de negócios e operacionais) também podem comprometer o futuro da entidade, o que justifica a preocupação por sua identificação e monitoramento por parte do gestor desse tipo de instituição financeira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Por mais que se mantenha todo o cuidado, os gestores devem reconhecer que há componentes de incertezas nas informações das empresas que podem gerar riscos em relação ao seu futuro. Para tentar minimizar esses fatores “a gestão dos riscos não apenas protege a empresa contra fraudes quanto aos valores, como também aumenta a agilidade e reduz os custos envolvidos” (BOTINHA *et al.*, 2012, p. 109).

Serpa (2002) afirma que a gestão de riscos está associada à formulação e implantação de medidas e procedimentos técnicos e administrativos, com o objetivo de prevenção, controle e redução dos riscos existentes em uma empresa.

A complexidade de critérios estabelecidos por diversos autores no que diz respeito às etapas da gestão de riscos fez com que Tomas e Alcantara (2013) elaborassem um conjunto de etapas que podem ser consideradas básicas para facilitar alguns estudos. A primeira etapa deve ser a identificação dos riscos; a segunda refere-se à avaliação dos riscos e a terceira consiste no controle dos riscos identificados.

Informações devido aos controles e instrumentos de identificação e avaliação de riscos da gestão de riscos devem auxiliar os gestores a conseguirem melhores resultados de seus negócios, garantindo o aumento da credibilidade diante dos seus credores. A identificação dos riscos inicia o processo de gestão que tem como objetivo descobrir todos os riscos relevantes no estudo (CARPES *et al.*, 2012).

Ainda, para Bogoni e Fernandes (2011) a gestão de riscos pode ser compreendida como o processo pelo qual cada gerência decide como os riscos, que representam ameaças aos objetivos sob sua gestão, serão tratados. Portanto, o gerenciamento de riscos apresenta-se como maneira de averiguar a lucratividade e a competitividade das entidades de diversos segmentos de mercado. Talvez o grande desafio da gestão de riscos seja, em tempos de constantes e profundas mudanças, buscar mecanismos que minimizem o impacto dos riscos advindos de tais alterações.

2.1 Tipos de Riscos

As organizações estão expostas a diversos tipos de riscos, dentre os quais podem ser destacados os riscos ambientais, os de investimentos, os de negócios, os operacionais e os de crédito, conforme descrito a seguir.

A gestão de riscos ambientais centra suas atenções nos riscos que as atividades das organizações podem causar ao ambiente, seja o natural (referente a riscos da natureza) ou os riscos ocasionados pelo próprio homem. De acordo com o INBEP - Instituto Brasileiro de Educação Profissional (2015), os agentes ambientais ou riscos ambientais são elementos ou substâncias presentes em diversos ambientes que, acima dos limites de tolerância, podem causar danos à saúde das pessoas. Dessa forma, os riscos ambientais existentes podem ser segregados em riscos físicos; riscos químicos; riscos biológicos; riscos de acidentes e riscos ergonômicos.

Para Diehl, Fenker e Silva (2011) a ideia de risco e perigo ambiental, bem como a de impacto ambiental, envolve a interpretação de cada indivíduo, ou seja, é subjetiva. Os riscos ambientais requerem gestão por meio de medidas para evitá-los ou minimizá-los e também como forma de manter o alinhamento estratégico, mesmo que essas medidas impliquem custos que precisam ser gerenciados.

A redução de qualquer risco, assim como os ambientais, gera maiores custos para as organizações. Mas, mesmo com esses custos altos, muitas entidades precisam gerenciar esses riscos, especialmente precisam trabalhar em sua prevenção. Em alguns casos, apesar do alto custo, é possível que as organizações trabalhem para extinguir por total os riscos ambientais; já em outros, existe um nível de risco que não pode ser totalmente minimizado, pela complexidade de algumas situações. Sendo assim, é imprescindível que a percepção de um maior nível de risco leve a uma maior preocupação com a gestão ambiental, que interfere no nível dos custos a eles associados. Por outro lado, o componente custo pode afetar em algum momento a efetivação dos objetivos da gestão de risco, mas cabe aos gestores determinar qual é o custo/benefício para a elaboração de um maior controle desse gerenciamento ambiental. (FENKER; DIEHL; SILVA, 2013).

A gestão de riscos de investimentos trata dos riscos que a cooperativa corre ao investir seus recursos no mercado financeiro. Os gestores de risco, incorporados dentro da organização, para Kaplan e Mikes (2012) devem trabalhar para informar continuamente aos executivos os desafios da carteira de investidores, forçando-os a olhar para diferentes cenários. Portanto, os gestores de riscos avaliam como as propostas de comércio podem afetar o risco de toda a carteira de investimento, não só em circunstâncias normais, mas também em tempos de estresse extremo, quando as correlações de retornos sofrem alterações em diferentes classes de ativos. Conforme descrito por COSO (2016), a identificação dos eventos que estão ligados ao risco ocorre de modo no qual a administração deve entender como eles se inter-relacionam. Por exemplo: a decisão de reduzir o investimento em capital postergará um aperfeiçoamento dos sistemas de gestão da distribuição e, conseqüentemente, ocasionará um tempo de paralisação adicional e uma elevação nos custos operacionais.

A diversificação do risco de uma carteira de ativos está subjacente à ideia de que todos os investimentos devem ter um comportamento que permite compensar a perda de um investimento específico pelo ganho alcançado por outras ações na carteira. No entanto, sabe-se que o processo de seleção de investimentos deve sobressair para a escolha de ativos susceptíveis de criar e/ou gerar valor no longo prazo (GUIMARÃES JUNIOR; CARMONA; GUIMARÃES, 2015).

Ainda, os gestores de riscos devem saber identificar boas práticas que sejam relevantes na redução dessas ameaças, visto que as organizações se comprometem a realizar melhorias nas práticas, aumentando a confiança ao se escolher uma alternativa de investimento em vez de outra. Bogoni e Fernandes (2011) asseveram que a gestão de investimentos inclui a adequada estruturação dos riscos inerentes às operações financeiras, tanto que a essência da teoria de finanças já esclarece que não existe retorno obtido sem que algum nível de risco seja assumido. A gestão de riscos de negócios está voltada aos riscos de mercado. Evitar riscos inerentes aos negócios consiste em facilitar uma melhor relação entre gestores e investidores, beneficiando ambos nas suas tomadas de decisões, com informações de qualidade cada vez maior. Ao

monitorar os riscos da empresa, os riscos de fraude e outros riscos inerentes ao negócio peculiar ao tipo de empresa, é possível prevenir erros que atinjam negativamente os objetivos traçados, como também garantam maior eficácia às operações (BOTINHA *et al.*, 2012).

Essa modalidade consiste em gerenciar os riscos que as atividades da cooperativa podem sofrer a partir da conjuntura econômica ou de mercado, pois explorar novos mercados podem gerar determinadas incertezas. Contudo, Ferreira, Gonçalves e Braga (2007) defendem a ideia que a decisão de trabalhar com uma nova linha de negócios não necessariamente acarreta maiores riscos e que as cooperativas de crédito, por mais que corram riscos, desempenham melhor seu papel socioeconômico quando redimensionam seus recursos financeiros. Nesse sentido, esse fato torna maior o diferencial entre as taxas de captação e de empréstimos; aumenta a capacidade de gerar sobras (que representam retorno excedente, podendo ser distribuído ou reinvestido na cooperativa) e aumenta o volume de crédito concedido, que é o seu recurso mais lucrativo.

O perfil de risco de uma instituição financeira, de acordo com Kaplan e Mikes (2012), pode mudar dramaticamente com um único negócio ou grande movimento do mercado. Por isso, em muitas empresas a gestão de riscos requer especialistas dentro da organização monitorar continuamente e influenciar no perfil de risco do negócio, trabalhando lado a lado com os gestores, cujas atividades estão gerando novas ideias ou inovando para que os riscos sejam minimizados e resultem em maiores lucros.

Os riscos operacionais, para Marshall (2002), referem-se ao risco de falhas dentro dos vários processos operacionais internos da empresa, sendo que estas falhas podem ocorrer em qualquer estágio do processo de agregação de valor por intermédio de equívocos de marketing, de vendas, de escrituração das transações etc. Ainda de acordo com Marshall (2002), entre os tipos de riscos que afrontam as organizações, a gestão de risco operacional é a menos adiantada e, ao mesmo tempo, é a que exige uma abordagem mais geral.

O Banco Central do Brasil (BACEN) determinou na Resolução 3.380/2006, Art. 1º, que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem implementar uma estrutura de gerenciamento do risco operacional. Ou seja, a estrutura a respeito deve ser compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. No art. 2º da mesma resolução estão descritos os eventos classificáveis como risco operacional, dentre os quais incluem-se: fraudes internas e externas; demandas trabalhistas e deficiência na segurança de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso da instituição; falhas em sistemas de tecnologia da informação e falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição.

A gestão de risco operacional está ligada às práticas que não se adequam à expectativa de clientes, produtos e serviços (como as falhas na execução, deixando de cumprir o gerenciamento das atividades e os prazos estabelecidos), assim como está relacionada a possíveis perdas (como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falha de gerenciamento e erros humanos), segundo o entendimento de Lemgruber *et al.* (2001).

Gerenciar os riscos que a cooperativa assume na concessão de crédito aos cooperados, é tratado como risco de crédito. Esse tipo de risco, conforme Fernandes (2000), é a possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade de as contrapartes cumprirem contratos mantidos com os fundos. Fazem parte das operações de crédito, de empréstimos e financiamentos e de títulos e papéis representantes de operações financeiras ou adquiridos no mercado, quando são denominados riscos de emissor.

O art. 1º da Resolução no.2.682/1999 do BACEN determina que as instituições financeiras e assemelhadas devem classificar suas operações de crédito em ordem crescente de risco. Adicionalmente, o art. 2º da mesma resolução descreve que a classificação da operação de nível

de risco é de responsabilidade de cada instituição que possui o crédito e deve ser executada com base em critérios confiáveis, assegurada por informações internas e externas.

Numa instituição financeira o objetivo da análise de crédito prioriza a identificação de riscos em diversas situações, principalmente nas de empréstimo, observando a capacidade de pagamento do tomador e verificando as melhores linhas de crédito a serem concedidas para cada cliente, identificando os riscos a fim de maximizar os resultados da instituição (SCHRICKEL, 2000). O risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos e pode ser dividido em risco do país, político e falta de pagamento (LEMGRUBER *et al.*, 2001).

Silva e Hein (2013) estudaram o risco positivo no desempenho econômico-financeiro das cooperativas de crédito e concluíram que o risco positivo otimizado permitiu a mensuração do desempenho econômico-financeiro da atividade na cooperativa de crédito. Foi constatado que o nível do risco positivo equalizado otimiza o desempenho economicamente sustentável da atividade de crédito, quanto à performance econômico-financeira das cooperativas de crédito em termos das atividades de crédito.

2.1 Pesquisas Anteriores com Abordagem Assemelhada

Nesta seção são apresentados estudos similares que analisaram a gestão de riscos relacionados com cooperativas de crédito no Brasil. Para esta seleção de artigos fora consultada periódicos nacionais, nas plataformas de buscas “SCIELO”, “SPELL” e “CAPES” mediante a utilização de termos/expressões de busca como “práticas de gestão de riscos” e “cooperativas de crédito”, em fevereiro de 2016. A partir disso foram priorizados os artigos com maior proximidade ao tema enfocado, conforme elencado a seguir, destacando-se autores, ano e objetivo:

- 1) Silva e Hein (2013): Identificar o nível de risco positivo na atividade de crédito que otimiza o desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito.
- 2) Nunes (2013): Identificar o papel da recuperação de crédito na gestão de risco de crédito para as instituições financeiras, principalmente para o SICREDI, tendo em vista que o estudo foi realizado com a análise de sua carteira de crédito comercial.
- 3) Carpes *et al.* (2012): Verificar a percepção dos agentes de controle interno (ACIR) na gestão de riscos, quanto a atual estrutura de controles internos de uma cooperativa de crédito do estado de Santa Catarina.
- 4) Amaral *et al.* (2009): Analisar se as cooperativas de crédito têm buscado desenvolver mecanismos de gerenciamento do risco operacional que sejam compatíveis em suas especificidades.

Pelo exposto, identifica-se uma lacuna de pesquisa no que concerne a estudos que abordem a gestão dos vários tipos de riscos no âmbito de cooperativas de crédito. Portanto, espera-se contribuir a respeito a partir do estudo descrito nas próximas seções.

3 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é caracterizada como estudo de caso, que Gil (2010, p. 46) define como “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa difícil mediante outros tipos de delineamentos considerados”.

A pesquisa, quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva pelo fato de descrever as práticas de gestão de riscos adotadas nas cooperativas visadas. Na concepção de Silva (2003), o objetivo principal da pesquisa descritiva é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis.

A forma de coleta de dados ocorreu por intermédio de pesquisa *survey*, visto que foi aplicado um questionário específico. O levantamento (*survey*), para Berto e Nakano (1999), decorre do

uso de um único instrumento de coleta de dados, sendo em geral utilizado o questionário, aplicado a uma população.

No que concerne à população, foi composta por 4 cooperativas singulares. A seleção foi realizada pela facilidade de acesso dos pesquisadores. Os dados foram coligidos através de questionário enviado aos presidentes e contadores das quatro cooperativas em dezembro de 2015. O resultado foi oriundo de 4 questionários respondidos, sendo um de cada cooperativa. Sobre o formato do questionário, este foi elaborado em 7 partes com o total de 25 questões fechadas de múltipla escolha. As questões foram distribuídas de acordo com os tipos de risco estudados na pesquisa visando a conhecer sobre a utilização e a relevância de cada risco para as cooperativas em estudo. A parte 1 estava direcionada ao perfil dos respondentes com 4 questões; a parte 2 direcionava-se às questões de práticas de gestão de riscos com 6 questões; as partes 3, 4, 5, 6 e 7 são compostas de 3 questões cada e são referentes aos riscos de crédito, ambientais, de investimentos, de negócios e operacionais, respectivamente.

3.1 Cooperativas Pesquisadas

A SULCREDI-SC tem o objetivo de prestar serviços administrativos, contábeis, econômicos e educativos em benefício de seus associados com o propósito de fortalecer as práticas de agricultura familiar sustentável. Seus associados são, na sua maioria, agricultores familiares, mas possui cooperados que trabalham também com o comércio, além de trabalhadores urbanos, segundo informado por um dos gestores. De acordo com informações mencionadas no site da cooperativa (sulcredi.com.br), esta é composta por quatro cooperativas singulares sediadas nos municípios catarinenses de Abelardo Luz, Ouro, Ibiam e São Miguel do Oeste, sendo que suas atividades estão concentradas em 22 municípios das regiões Meio-Oeste, Extremo-Oeste e Vale do Rio do Peixe, onde a agricultura familiar é predominante.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O objetivo da pesquisa foi identificar as práticas de gestão de risco adotadas nas cooperativas de crédito singulares da SULCREDI-SC. Para tanto, buscou informações junto aos presidentes e contadores de cada cooperativa em questão por meio de questionário. Neste instrumento, inicialmente teve o propósito de identificar o perfil dos respondentes quanto ao cargo ou setor de atuação na cooperativa, o nível de escolaridade, sobre quanto tempo trabalha na cooperativa e se participou de algum treinamento sobre práticas de gestão de risco.

As respostas obtidas nestas quatro cooperativas permitiram concluir que:

- Quanto ao cargo ou setor de atuação dos respondentes, um era o gerente administrativo; um era o *controller*; um era o gerente geral e outro informou ser o contador;
- Quanto ao grau de escolaridade: dois possuíam mestrado ou doutorado e dois possuíam ensino superior completo.
- Quanto ao tempo que o respondente trabalhava no cargo citado na organização: um estava há menos de um ano na função; um estava entre um e três anos; um entre três e cinco anos e um há mais de cinco anos.
- Quanto a treinamentos: todos os respondentes participaram de algum treinamento sobre práticas de gestão de riscos, sendo que dois respondentes participaram de treinamento sobre Controles Internos realizado pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e os outros dois participaram de treinamentos de outras organizações (não informadas).

Em seguida pesquisou-se acerca da opinião dos presidentes e contadores sobre as práticas de gestão de riscos. Com essa finalidade foram apresentadas 6 questões com o intuito de conhecer a visão dos respondentes sobre a utilização, a importância e a relevância da gestão de riscos para a cooperativa. Então, para facilitar a visualização dos resultados elaborou-se a Tabela 1, onde a numeração de 1 a 5 descreve o grau de utilização e relevância atribuída pelos respondentes. Ou seja: “1” representa que não utiliza essas práticas ou não são relevantes; “2”

significa que utiliza raramente ou é pouco relevante; “3” evidencia que utiliza pouco ou é medianamente relevante; “4” equivale a utiliza muito ou é muito relevante e “5” representa que utiliza sempre ou é extremamente relevante.

Questões	Nível de utilização/relevância				
	1	2	3	4	5
Q1 - De acordo a definição sobre as práticas de gestão de riscos, como você entende que a sua cooperativa utiliza essas práticas?				3	1
Q2 - Qual a importância que você atribui para as práticas de gestão de riscos no contexto da sua cooperativa?				1	3
Q3 - A gestão de riscos é relevante para os objetivos de melhoria do desempenho da sua cooperativa?			1	1	2
Q4 - Como você considera a identificação dos riscos prováveis que podem afetar a tomada de decisão da cooperativa?				2	2
Q5 - Como você considera identificar os riscos possíveis que podem acarretar em mudanças para a cooperativa?				2	2
Q6 - Você considera que a gestão de riscos pode contribuir com a melhoria contínua da cooperativa de forma?					4

Tabela 1 – Utilização e relevância da gestão de riscos para as cooperativas

Constatou-se, de acordo com a Tabela 1, que:

- No que tange à questão 1, sobre as práticas de gestão de riscos, três das quatro cooperativas “utilizam muito” e uma destas “utiliza sempre”.
- Na questão 2, quanto a importância atribuída às práticas citadas no contexto da cooperativa, só um dos respondentes julgou “muito relevante” e os outros três consideraram “extremamente relevante”.
- Na questão 3, que versava sobre a relevância das práticas de gestão de riscos para melhoria do desempenho da cooperativa, uma cooperativa entendeu como “relevante”, um atribui o conceito de “muito relevante” e duas qualificaram como “extremamente relevante”.
- Quanto à questão 4, dois dos participantes consideraram que a prática de identificar os riscos prováveis que podem afetar a tomada de decisão da cooperativa é “muito importante” e os outros dois informaram ser “extremamente importante”.
- Na questão 5, referente à identificação dos riscos possíveis que podem acarretar em mudanças para a cooperativa, dois respondentes consideraram “muito relevante” e dois defenderam ser “extremamente importante”.
- Na questão 6, que discorria se a gestão de riscos poderia contribuir com a melhoria contínua da cooperativa, todos os respondentes consideram que essas práticas contribuem de forma “extremamente relevante” para a melhoria da organização.

Na parte seguinte do questionário foi indagado especificamente quanto às práticas de gestão dos riscos de crédito, onde foram elaboradas 3 questões que abordaram a utilização das práticas de gestão; a importância dessas práticas de risco e quais são as práticas adotadas quanto ao risco de crédito na cooperativa do respondente. Nesse sentido, na Tabela 2 estão destacadas as questões propostas e as respostas coligidas.

Questões	Nível de utilização/relevância				
	1	2	3	4	5
Q1 - A cooperativa utiliza práticas de gestão de risco de crédito?					4
Q2 - Qual a importância que você atribui para as práticas de gestão de risco de crédito no contexto da sua cooperativa?			1	1	2

Tabela 2 – Utilização e relevância da prática de gestão de risco de crédito nas cooperativas

Pelos dados coligidos na Tabela 2 deduziu-se que todos os respondentes informaram que utilizam as práticas de gestão de risco de crédito na cooperativa. Contudo, acerca da importância da prática da gestão de risco na instituição, um respondente considerou “importante”; outro afirmou ser “muito importante” e dois classificaram como “extremamente importante”.

Por outro lado, uma terceira pergunta (que não consta da tabela 2), averiguou sobre as práticas de gestão de risco de crédito que eram adotadas nas cooperativas em lume. Nesse rumo, os resultados apurados foram: criação de políticas e ferramentas de controles internos; ampliação da base das informações de créditos; segregação de funções; funcionários específicos para a gestão e controle; controle de empréstimos; avaliação de tomadores de crédito e utilização de instrumentos que procuram garantir a inadimplência.

No que diz respeito às práticas de gestão de riscos ambientais, também foram formuladas três perguntas: as duas primeiras referiam-se à utilização e importância atribuída, enquanto que terceira questão inquiria quais eram as práticas de gestão de riscos ambientais adotadas nas cooperativas em tela. Nesse sentido, a Tabela 3 descreve os resultados das duas questões iniciais.

Questões	Nível de utilização/relevância				
	1	2	3	4	5
Q1 - A cooperativa utiliza práticas de gestão de riscos ambientais (ou seja, os riscos relacionados com a preservação ambiental no consumo de bens ou serviços)?	1		2		1
Q2 - Qual a importância que você atribui para as práticas de gestão de riscos ambientais no contexto da sua cooperativa?			2	2	

Tabela 3 – Utilização e relevância da prática de gestão de riscos ambientais nas cooperativas

A partir dos resultados concluiu-se que as práticas relacionadas à gestão dos riscos ambientais não são muito priorizadas, pois uma cooperativa informou que não utiliza, duas responderam que utilizam pouco e apenas uma afirmou que utiliza sempre.

Na segunda questão verificou-se que, em contradição ao nível de utilização, duas cooperativas adjetivaram a gestão de riscos como “importante” e as outras duas consideraram ser “muito importante”.

No que concerne a quais eram as práticas de gestão de riscos ambientais adotadas, a única cooperativa que utiliza priorizou a criação de uma política que envolve a concessão de financiamentos. Ou seja, não são financiados valores a empreendimentos que não estejam em conformidade com as leis ambientais, pois temem pela imagem da cooperativa. Com isso, afirmam que tentam não contribuir para a degradação do meio ambiente. Por outro lado, naquelas cooperativas que afirmaram que utilizam pouco estas práticas, estas alegaram que estão desenvolvendo um manual a respeito do tema.

A análise dos resultados referentes ao risco de investimentos foi realizada através de questões semelhantes às aplicadas aos demais tipos de riscos. Nessa direção, na Tabela 4 estão expressos os resultados associados às questões sobre utilização das práticas de gestão desses riscos e à relevância imputada às mesmas.

Questões	Nível de utilização/relevância				
	1	2	3	4	5
Q1 - A sua cooperativa utiliza práticas de gestão de riscos de investimentos?		2		2	

Q2 - Qual a importância que você atribui para as práticas de gestão de riscos de investimentos no contexto da sua cooperativa:			3		1
--	--	--	---	--	---

Tabela 4 – Utilização e relevância da prática de gestão de riscos de investimentos nas cooperativas

Com base nos resultados da Tabela 4, concluiu-se sobre a utilização de práticas de gestão de riscos de investimento que duas cooperativas utilizam pouco e as outras duas utilizam muito. No que tange à importância atribuída a essas práticas, uma cooperativa informou que julga-as “extremamente importantes” e as outras três respondentes entenderam como importantes as práticas de gestão de riscos.

Quando inquiridas sobre quais as práticas de gestão de riscos de investimentos que eram empregadas na cooperativa, obteve-se resposta de que os investimentos sempre são lastreados por títulos públicos, em função da garantia do Governo Federal a respeito. Além disso, conforme regulamento do BACEN, a cooperativa realiza apenas investimentos em fundos compostos por títulos de baixo risco, a partir da de classificação específica do BACEN.

Ainda, os resultados referentes à pesquisa efetuada sobre as práticas de gestão de riscos de negócios estão sintetizados na Tabela 5.

Questões	Nível de utilização/relevância				
	1	2	3	4	5
Q1 - A sua cooperativa utiliza práticas de gestão de riscos de negócios?				4	
Q2 - Qual a importância que você atribui para as práticas de gestão de riscos de negócios no contexto da sua cooperativa:				3	1

Tabela 5 – Utilização e relevância da prática de gestão de riscos de negócios nas cooperativas

Os resultados obtidos permitem concluir que todos os quatro respondentes utilizavam práticas de gestão de risco de negócios. Adicionalmente, na questão sobre a importância atribuída, três participantes relataram que consideram esta modalidade de gestão de risco muito importante e uma classificava como extremamente importante. Sobre as práticas de negócio adotadas, as respostas mencionaram ser utilizadas as práticas “análise das partes relacionadas com o mercado”, “avaliação de liquidez” e que toda ação da cooperativa é precedida de um “estudo de viabilidade” que, caso indique ser inviável, a negociação não é realizada.

A Tabela 6 evidencia os resultados apurados quanto as questões referentes às práticas de gestão de riscos operacionais.

Questões	Nível de utilização/relevância				
	1	2	3	4	5
Q1 - A sua cooperativa utiliza práticas de gestão de riscos operacionais?				3	1
Q2 - Qual a importância que você atribui para as práticas de gestão de riscos operacionais no contexto da sua cooperativa?					4

Tabela 6 – Utilização e relevância da prática de gestão de riscos operacionais nas cooperativas

De acordo com o exposto na Tabela 6, três respondentes afirmaram que utilizavam muito as práticas de gestão de riscos operacionais e uma cooperativa utilizava sempre. Na questão 2, sobre a importância dessas práticas, todos os respondentes classificaram como de extrema importância. Destarte, as respostas coletadas revelaram que são adotadas práticas de controle

interno como ferramentas e softwares, auditorias internas e externas, aprovação e controle de trilha de auditoria nas operações; exames periódicos do quadro de funcionários e planos de segurança.

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

A partir dos “achados” da pesquisa constatou-se que os gestores das cooperativas estudadas julgam importante a utilização das práticas de gestão relacionadas aos diversos tipos de riscos no contexto das entidades que dirigem (conforme Tabela 1). Contudo, apurou-se que esses procedimentos não são totalmente utilizados no âmbito dessas entidades.

Quanto às práticas de gestão de riscos de crédito, que é a possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade de as contrapartes cumprirem contratos mantidos com os fundos, identificou-se que esta é, sem dúvidas, a prática mais utilizada nas cooperativas em estudo. Acerca disso, apurou-se que 100% das quatro cooperativas estudadas utilizam-nas sempre (vide Tabela 2), enquanto que uma destas atribuiu peso “3” em termos de relevância (nível intermediário de importância), outra qualificou como “4 - Muito relevante” e duas consideram ser essa prática “5 – Extremamente relevante”.

No que se refere aos riscos ambientais, que são os riscos que as atividades das organizações podem causar ao ambiente, seja o natural (referente a riscos da natureza) ou os riscos ocasionados pelo próprio homem, todas as respostas coligidas (citadas na Tabela 3) foram de que as práticas dessa modalidade de risco são medianamente importantes (peso “3”) ou muito importantes (peso “4”). Porém, o reduzido nível de utilização dessas práticas contradiz a relevância que lhe foi imputada pelos participantes, visto que 75% destes admitiu não utilizar ou utilizar pouco. Ou seja, apenas uma das cooperativas considerou ser extremamente relevante (peso “5”).

Referente aos riscos de investimentos, que são os riscos que a cooperativa corre ao investir seus recursos no mercado financeiro, duas das cooperativas participantes mencionaram que utilizam muito esse tipo de prática (peso “4”) e outras duas que pouco fazem uso destas (peso “2”). Além disso, no que tange à importância que atribuem a essas práticas, três cooperativas imputaram relevância mediana (peso “3”) e apenas um participante mencionou considerar como “extremamente relevante” (peso “5”). Ou seja, em termos de utilização há um empate entre as que utilizam um pouco e as que utilizam muito; enquanto que 75% consideram importância média e uma que nível acentuado de relevância.

Sobre as práticas de risco de negócios, que está voltada aos riscos de mercado, todas as cooperativas informaram utilizar muito (peso “4” na escala de 1 a 5) as práticas de gestão pertinentes (Tabela 5). Quanto à importância imputada, 3 das 4 cooperativas considera “muito importante” e apenas uma “extremamente relevante”. Ou seja, houve coerência entre o nível de utilização e a importância atribuída.

Quanto a gestão das práticas de riscos operacionais, que estão ligadas às inadequações às expectativas de clientes, aos produtos/serviços e às falhas dentro dos vários processos operacionais internos da empresa, constatou-se que houve unanimidade quanto à serem “extremamente relevantes” (peso “5”). Todavia, apenas uma cooperativa mencionou que utiliza sempre esse tipo de prática (peso “5”), enquanto as outras três enfatizaram que utilizam muito (peso “4”). Essa realidade entre utilização e relevância imputada também pode ser considerada coerente, tendo em lume que nos níveis respectivos estão próximos na escala empregada.

Acerca do confronto deste estudo com pesquisas semelhantes, mencionadas em seção precedente, é conveniente destacar uma distinção entre estes. Neste artigo se buscou identificar a realidade das cooperativas abrangidas sobre as várias categorias de riscos (crédito, ambientais, investimentos, mercado e operacionais) e não somente sobre uma dessas modalidades, como efetuado nos trabalhos assemelhados descritos. Nesse sentido, as pesquisas anteriores citadas estudaram o nível de risco positivo na atividade de crédito que otimiza o desempenho

econômico-financeiro (SILVA; HEIN, 2013); o papel da recuperação de crédito na gestão de risco de crédito (NUNES, 2013); a percepção dos agentes de controle interno na gestão de riscos (CARPES *et al.*, 2012) e se as cooperativas de crédito têm buscado desenvolver mecanismos de gerenciamento do risco operacional que sejam compatíveis em suas especificidades (AMARAL *et al.*, 2009).

Além disso, os resultados apurados neste artigo se coadunam com aqueles dos estudos mencionados, visto que descrevem que o grau de importância da identificação, controle e análise das práticas de gestão de riscos é extremamente elevado (nas ênfases dadas em cada artigo). Entretanto, nem todas as organizações estudadas (neste e nos outros artigos comentados) utilizam essas práticas no dia a dia das cooperativas de forma proporcional à importância que lhes imputada pelos gestores.

Quanto às limitações do estudo, estas residem basicamente no pequeno número de cooperativas abrangidas (somente quatro), o que não permite generalizações, do ponto de vista estatístico, acerca dos “achados” ora relatados. Por fim, recomenda-se para futuros estudos que sejam identificados e analisados os tipos de gestão de risco de crédito, ambiental, de investimentos, de negócios e operacionais em outras cooperativas de crédito de outras regiões, ou até mesmo em organizações de outros segmentos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, I. C. *et al.*** Gerenciamento dos riscos operacionais: os métodos utilizados por uma cooperativa de crédito. *Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 93-108, set./dez. 2009.
- BACEN.** Banco Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional – Cooperativismo de crédito. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?microfin>. Acesso em: 29 out. 2015.
- BACEN.** Resolução n. 4.434 de 05 de agosto de 2015. Dispõe sobre o funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v1_O.pdf. Acesso em: 19 dez. 2015.
- BACEN.** Resolução n. 3.380 de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48239/Res_3380_v3_P.pdf. Acesso em: 01 nov. 2015.
- BACEN.** Resolução n. 2.682 de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/44961/Res_2682_v2_P.pdf. Acesso em: 28 jan. 2016.
- BERTO, R. M. V. S.; NAKANO, D. N.** A produção científica nos anais do encontro nacional de engenharia de produção: um levantamento de métodos e tipos de pesquisa. *Produção*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 65-76, jul./dez. 1999.
- BOGONI, N. M.; FERNANDES, F. C.** Gestão de risco nas atividades de investimento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 117-148, jan./apr. 2011.
- BOTINHA, R. A. *et al.*** Gestão de riscos: levantamento da produção científica em eventos nacionais de contabilidade e administração entre 2008 e 2010. *Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo, v.11, n.14, p. 104-120, 2012.
- CARPES, A. M. S. *et al.*** Análise do Sistema de Controles Internos na Gestão de Riscos. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. Bento Gonçalves, RS, 2012.
- COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.** Gerenciamento de riscos corporativos – estrutura integrada. Disponível em: http://www.coso.org/documents/coso_erm_executivesummary_portuguese.pdf. Acesso em: 02 jan. 2016.
- DIEHL, C. A.; FENKER, E. A.; ALVES, T. W.** Desenvolvimento e avaliação de instrumento de pesquisa sobre risco e custo ambiental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, art. 3, p. 30-49, 2011.
- FENKER, E. A.; DIEHL, C. A.; ALVES, T. W.** Um estudo empírico sobre gestão de custos e riscos ambientais em empresas atuantes no Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, v. 5, n. 2, p. 190-208, mai./ago. 2013.
- FERNANDES, F. C.** Uma contribuição à estruturação da atividade de controladoria em entidades fechadas de previdência privada: Uma Abordagem da Gestão Econômica. 2000. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências

Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - Departamento de Contabilidade e Atuária (USP), São Paulo, 2000.

FERREIRA, M. A. M.; GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). *Economia Aplicada*, v. 11, n. 3, p. 425-445, 2007.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES JÚNIOR, F. R. F. G.; CARMONA, C. U. M.; GUIMARÃES, L. G. A. Strategy of asset risk diversification through value drivers. *Revista Brasileira de Estratégia*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 53-68, sep./dez. 2015.

INBEP - Instituto Brasileiro de Educação Profissional. O que são riscos ambientais. 2015. Disponível em: <http://inbep.com.br/blog/o-que-sao-riscos-ambientais/>. Acesso em: 27 jan. 2016.

KAPLAN, R. S.; MIKES, A. Managing Risk: a new framework. *Harvard Business Review*, v. 90, n. 6, jun. 2012.

LEMGRUBER, E. F.; SILVA, A. L. C.; LEAL, R. P. C.; COSTA JR, N. C. A. C. (Org.). Gestão de Riscos e Derivativos. Coleção Coppead de Administração. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

MARSHALL, C. M. Medindo e gerenciando riscos operacionais em instituições financeiras. *Qualitymark*, 2002.

MEURER, S.; MARCON, R. Desempenho de cooperativas: o caso de uma cooperativa de crédito rural. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 9, n. 3, p. 334-348, 2007.

MULINARI, M.; RITTERBUCH, D. de S. Perfil dos colaboradores das cooperativas de crédito frente à essência do cooperativismo. *Revista de Administração*, v. 9, n. 16, p. 59-76, 2013.

NUNES, R. E. A atuação da recuperação de crédito na gestão de risco de crédito: um estudo de caso no Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo. 2013. 66f. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Administrativas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SCHRICKEL, W. K. Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SERPA, R. R. Gerenciamento de riscos ambientais. *Desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, n. 5, p. 101-107, jan./jun. 2002.

SULCREDI. Disponível em: <http://www.sulcredi.com.br/pagina.php?id=5>. Acesso em: 19 dez. 2015.

SILVA, A. C. R. da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, E. C. da. Como administrar o fluxo de caixa das empresas. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, T. P. da; HEIN, N. Risco positivo na atividade de crédito que otimiza o desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito. In: *Anais do XX Congresso Brasileiro de Custos*. Uberlândia, MG, RS, nov. 2013.

TOMAS, R. N.; ALCANTARA, R. L. C. Modelos para gestão de riscos em cadeias de suprimentos: revisão, análise e diretrizes para futuras pesquisas. *Gestão e Produção*, São Carlos, v. 20, n. 3, 2013.